

Flickr

Congresso instala comissão sobre mudanças no clima

Sete senadores e sete deputados compõem a Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que será instalada hoje, às 15h, no Congresso, com eleição do presidente e definição do relator. Criada por ato conjunto dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia, a comissão deve funcionar até 22 de dezembro com o objetivo de fiscalizar as ações referentes a alterações climáticas no país. **Página 3**

Aumento da concentração dos gases na atmosfera, com o conseqüente aquecimento global, preocupa todo o mundo: Brasil também sofre com a ocorrência de inundações, secas e fenômenos raros no país, como furacão

Plenário homenageia Programa Antártico, que faz 25 anos **Página 2**

Aumenta o número de propostas apresentadas no Senado **Página 6**

Antonio Carlos Magalhães melhora e deixa a UTI do Incor **Página 6**

Debate sobre o PAC reúne hoje três ministros no Senado

Senadores discutem, a partir das 10h, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com três ministros: Dilma Rousseff, Guido Mantega e Paulo Bernardo. **Página 7**

lanceAraújo



O presidente do Senado, Renan Calheiros, compareceu à posse do novo advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli. Na foto, Rider de Brito (E), Marco Aurélio, Ellen Gracie, Renan, o ex-advogado-geral Álvaro Augusto Ribeiro Costa e Márcio Thomaz Bastos. **Página 6**

Sessão especial proposta por Cristovam e presidida por Renan homenageia participação do país em pesquisas na Antártida e celebra realização do IV Ano Polar Internacional

Senadores comemoram 25 anos do Programa Antártico Brasileiro

O Senado realiza hoje sessão especial em comemoração aos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar). Nove senadores estão inscritos para discursar na homenagem de iniciativa do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que será conduzida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros. O evento marca também o IV Ano Polar Internacional, definido pelo Conselho Internacional da Ciência e pela Organização Meteorológica Mundial, para o biênio 2007/2008.

O objetivo do Ano Polar Internacional é estimular trabalhos de pesquisa científica em todos os campos da investigação relativa às regiões polares. No que se refere à Antártida, as pesquisas científicas vão abordar questões relativas à mudança climática e ao papel desempenhado pelo continente no equilíbrio do ecossistema terrestre.

O Itamaraty acredita que as pesquisas incluídas no calendário de atividades do IV Ano Polar Internacional favorecerão a cooperação por meio de organismos do mundo inteiro. Já estão reunidos nesse esforço 63 países e 227 projetos de qualidade científica, com investigações laboratoriais programadas até 2011.

Alicerçada na experiência de 25 anos do Proantar, a participação do Brasil no Ano Polar Internacional deverá ocorrer pela atuação direta de investigadores de mais de 30 universidades públicas e privadas e de centros de pesquisa



Um alerta ao mundo e muita pesquisa

O IV Ano Polar Internacional, aberto em 1º de março em Paris, é um alerta ao mundo sobre as conseqüências do aquecimento climático nos pólos Norte e Sul. Trata-se também do "esforço mais importante de busca científica internacional coordenada nos últimos 50 anos", segundo os organizadores. Veja alguns números desse empreendimento:

- 227 projetos científicos em áreas como biologia e física...
- ... serão conduzidos por 50 mil pesquisadores de 63 países.
- Algumas investigações científicas deverão ser realizadas até o ano de 2011.
- A dimensão humana do aquecimento para cerca de 4 milhões de pessoas que vivem nas regiões circumpolares servirá para "avaliar os processos culturais, históricos e sociais que permitem a subsistência dessas sociedades", de acordo com os organizadores.

envolvidos nos 28 projetos apresentados.

A Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (Conantar), presidida pelo ministro das Relações Exteriores, foi criada em 1982 com a finalidade de assessorar o presidente da República na formulação da Política Nacional para Assuntos Antárticos. Esse

colegiado interministerial aprovou resolução sobre a participação do Brasil no IV Ano Polar Internacional, expressando apoio às atividades incluídas no calendário do evento e encorajando os órgãos envolvidos a viabilizarem uma ampla participação brasileira no conjunto da programação científica.

Dirigente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa visita o Senado

O secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), embaixador Luís de Matos Monteiro da Fonseca, visita hoje o presidente do Senado, Renan Calheiros. A CPLP congrega Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Brasil. O idioma português une esses Estados-membros, que compartilham ainda afinidades étnicas, históricas e culturais.

Criada em 1996, a CPLP organizou-se em torno de três objeti-

vos: o entendimento político-diplomático entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e a promoção e difusão da língua portuguesa.

Nascido em Cabo Verde, Luís Fonseca esteve preso de 1967 a 1973 devido à sua participação na luta pela independência de seu país. De 1974 a 1986 foi dirigente do Partido Africano da Independência, tendo sido eleito deputado em 1975, 1980 e 1985. Ele ingressou na carreira diplomática em 1986.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Medidas provisórias trancam a pauta do Plenário

A sessão deliberativa de hoje, às 14h, tem a pauta trancada por cinco medidas provisórias, entre elas a MP 333/06, que concede crédito extraordinário a diversos ministérios. A hora do expediente será destinada à homenagem aos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

Três ministros debatem o PAC em audiência

As comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam audiência conjunta, às 10h, sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Devem participar do debate os ministros Paulo Bernardo, Guido Mantega e Dilma Rousseff.

Educação discute estágios de estudantes

A Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública hoje, às 10h30, para discutir projeto de lei que dispõe sobre a instituição dos estágios de estudantes de ensino superior, da educação profissional e do ensino médio.

Mudanças climáticas

Às 15h, será instalada a comissão mista especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas. A primeira reunião terá como objetivo eleger o presidente e o vice do colegiado.

Brasil na Antártida

Será aberta hoje exposição comemorativa dos 25 anos do Programa Antártico Brasileiro. A mostra reúne fotografias e vídeos que registram a presença do Brasil na Antártida desde a primeira expedição, realizada no verão austral de 1982/1983.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Papaléo Paes

Integrado por sete senadores e igual número de deputados, colegiado instituído pelos presidentes do Senado e da Câmara funcionará até 22 de dezembro

Goldemberg debate em subcomissão o Protocolo de Kyoto

O físico e professor José Goldemberg, que foi ministro da Educação do governo Fernando Collor, participa amanhã, às 10h, de audiência pública na Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional de Mudanças Climáticas, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele falará sobre o tema "Perspectivas da Convenção do Clima e do Protocolo de Kyoto e o Papel do Brasil".

Criada em 27 de fevereiro, após a divulgação do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), a subcomissão deve acompanhar e apoiar a execução de políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, de acordo com o requerimento de sua criação. Entre os documentos que servem de base a esse trabalho está o último relatório do IPCC, segundo o qual o aquecimento global se deve, com 90% de probabilidade, à ação do homem. O documento alerta para a elevação do nível dos oceanos, o derretimento das calotas polares e o aumento de ciclones e furacões.

O convite a Goldemberg resultou de requerimento do presidente da subcomissão, senador Fernando Collor (PTB-AL). O físico foi o coordenador da participação brasileira na Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente.

Outro requerimento de Fernando Collor aprovado na Comissão de Relações Exteriores prevê um debate sobre as mudanças climáticas no planeta com a presença do ex-vice-presidente norte-americano Al Gore, protagonista do filme Uma verdade inconveniente. Ainda não foi marcada a data da audiência.



Audiência resulta de requerimento de Collor, presidente da subcomissão



Com o aquecimento global tem-se tornado cada vez mais freqüente a ocorrência de inundações, como esta registrada no México

Congresso instala hoje comissão mista sobre mudanças climáticas

A Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas será instalada hoje, às 15h, quando será eleito o presidente e escolhido o relator por seus 14 integrantes – sete senadores e sete deputados – já designados pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia.

Criado por ato conjunto dos presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, o colegiado se destina a monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil. O seu prazo de funcionamento vai até 22 de dezembro.

Na proposta que resultou na criação da comissão, o líder do PV na Câmara, deputado Sarney Filho (MA), observa que o aumento da concentração dos gases na atmosfera, com o conseqüente aquecimento global, despertou esforços internacionais que culminaram na assinatura do Protocolo de Kyoto. Com a ratificação desse acordo por parte da Rússia, em novembro de 2004, o texto entrou em vigor em fevereiro de 2005.

Pelo protocolo, as 41 nações mais industrializadas são obriga-

das a reduzir em 5%, até 2012, as emissões desses gases. O Brasil não faz parte da lista, mas sofre com a ocorrência de inundações, secas e fenômenos outrora raros, como o furacão Catarina, que assolou a costa sul do país em decorrência do aumento de índices de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira e do crescente uso de combustíveis fósseis.

Sarney Filho menciona, na justificativa do requerimento, que em dezembro de 2004 o Brasil já era responsável por 3% da emissão global dos gases-estufa, fato que, na avaliação do deputado, recomenda a tomada de urgentes providências quanto a essa questão.

Desmatamento

Segundo o parlamentar, o aumento dos índices de desmatamento leva a um círculo vicioso, com a diminuição da formação de chuvas na região amazônica, tornando a floresta mais seca e, portanto, mais suscetível a desmatamentos e queimadas,

fenômenos que são responsáveis por 75% das emissões brasileiras dos gases-estufa.

Ao defender a criação de um grupo de trabalho para debater essa situação, Sarney Filho lembra estarem tramitando no Congresso Nacional dois projetos de lei que tratam da instituição da Política Nacional de Mudanças Climáticas, bem como propos-

Colegiado vai monitorar e acompanhar medidas que visem atenuar, no país, os efeitos das alterações na atmosfera

tas de sua autoria que determinam a adoção de medidas para a redução das emissões de gases e economia de energia por parte do poder público.

Os senadores indicados para integrar a comissão mista são Fernando Collor (PTB-AL), João Ribeiro (PR-TO), Romeu Tuma (PFL-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renato Casagrande (PSB-ES), Jefferson Péres (PDT-AM) e Delcídio Amaral (PT-MS). Pela Câmara, participam do colegiado os deputados Sarney Filho, Iran Barbosa, João Pizzolatti, Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Luiz Carreira e Rodrigo Rollemberg.

Proposta de discussão sobre álcool etanol na pauta da CRA

Requerimento para audiência pública destinada a debater a importância da produção e da exportação de álcool etanol e os problemas relacionados a essas atividades será votado amanhã, às 11h, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Conforme o pedido, a reunião será em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

De autoria do senador Sibá Machado (PT-AC), o requerimento propõe o debate com a presença dos ministros da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Figuram ainda na lista de convidados o representante do Instituto Socioambiental, Márcio Santilli; e o presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Roberto Rodrigues, também coordenador da Comissão Interamericana do Etanol.

Há dois projetos de lei na pauta da reunião da CRA. O primeiro (PLC 82/06) altera dispositivo da Política Nacional de Cooperativismo para isentar de tributos os atos de compra e venda praticados entre os associados.

O relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), destaca que deve prevalecer, no caso, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) segundo o qual "qualquer incidência de tributo deve ser mitigada", já que a atividade é realizada entre a cooperativa e os associados, sem o intuito de lucro.

O outro projeto (PLS 266/03), de Tasso Jereissati (PSDB-CE), inclui o parceiro outorgante como beneficiário e os consórcios e condomínios como contratantes do Fundo Garantia-Safra, que atende ao agricultor familiar.



Debate sobre exportação do produto foi sugerido por Sibá Machado

Integrantes da comissão preparam um balanço das providências adotadas pelos órgãos aos quais o relatório foi enviado. Objetivo é cobrar e manter os assuntos em pauta



Relatório da comissão sugere, entre outras iniciativas, mudanças na legislação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro

Membros da CPI dos Correios cobram tramitação dos projetos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que o grupo de deputados e senadores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios encarregado de acompanhar os resultados dos trabalhos do colegiado pretende pedir apoio ao presidente do Congresso Nacional, Renan Calheiros, para agilizar a tramitação dos projetos sugeridos no relatório final.

Entre as principais recomendações do documento da CPI, destacam-se as sugestões de alterações na legislação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e assuntos pertinentes às investigações. Os parlamentares do colegiado concluíram pela apresentação de dez projetos de lei, cinco propostas de emenda à Constituição e um projeto de resolução. No entanto, somente uma dessas matérias foi aprovada pelo Senado, o projeto de lei do Senado Complementar (PLS 229/06) que altera a Lei Complementar 105/01, para melhorar a fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. A proposta ainda precisa ser apreciada pela Câmara dos Deputados.

Alvaro Dias acrescentou que

também compete ao presidente do Congresso cobrar oficialmente providências das demais instituições que foram provocadas pela CPI.

– Até agora, quase não recebemos respostas aos nossos encaminhamentos, mas a lei [Lei 10.001/00] estabelece que os órgãos aos quais o relatório foi enviado prestem contas ao Congresso a cada seis meses – disse o senador.

Frustração

A CPI dos Correios foi criada em junho de 2005 para investigar denúncias de desvio de recursos de estatais para compra de votos no Congresso e formação de caixa dois em campanhas eleitorais. O relatório final foi encaminhado às presidências do Senado e da Câmara; à Polícia Federal; à Presidência da República; ao Ministério Público Federal; ao Tribunal de Contas da União; ao Banco Central; à Comissão de Valores Mobiliários; e à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, entre outras instituições.

Segundo Alvaro Dias, a grande frustração diz respeito aos indi-

ciamentos. O relatório concluiu pela necessidade de responsabilização civil e criminal de mais de cem pessoas, tarefa esta que cabe ao Ministério Público. O órgão chegou a apresentar denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra 40 pessoas envolvidas no denominado esquema do mensalão, o que, de acordo com o senador, a CPI entende como resultado de seu esforço, mas ele destaca que ainda há muitas pessoas para ser indiciadas.

Na última semana, parlamentares que fizeram parte da comissão de inquérito anunciaram que pretendem entregar, no início de abril, um balanço dos resultados dos trabalhos do colegiado a partir das providências tomadas pelos órgãos aos quais o relatório final foi enviado, após a conclusão da CPI em abril de 2006.

De acordo com Alvaro Dias, tal providência é fundamental para que a população acompanhe o desenrolar das investigações.

– Há um certo silêncio em relação ao assunto, o que gera frustração. Precisamos manter a questão em pauta – afirmou o senador.

Alvaro Dias quer isenção de IPI para máquinas e insumos da produção leiteira

Projeto apresentado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) máquinas, equipamentos e insumos destinados à produção de leite. A matéria está sendo analisada na Comissão de

Assuntos Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Na justificativa da proposta (PLS 4/07), Alvaro Dias argumenta que, apesar de alguns equipamentos e insumos intermediários utilizados na produção agropecuária já

Azeredo propõe penas mais severas para quem incendiar ônibus

Em virtude do agravamento da violência nos últimos dois anos, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto de lei para aumentar as penas de alguns crimes contra a incolumidade pública previstos no Código Penal. A proposta aumenta penas tanto de alguns dos chamados crimes de perigo comum quanto de alguns dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. A matéria espera a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde poderá ser apreciada em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 53/07), a pena de reclusão, que hoje é de três a seis anos para quem causar incêndio expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outras pessoas (artigo 250 do Código Penal), passa a ser de quatro a dez anos. O aumento da pena poderá ser de um terço até a metade, caso haja agravante, como incendiar embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo, ou também edifícios públicos,



Crimes de perigo comum e contra segurança de serviços públicos são o foco de Azeredo

entre outros.

Ainda conforme o projeto, o crime de atentado contra a segurança de qualquer transporte público passa de um a dois anos para quatro a dez anos de detenção. Se o crime causar desastre, a pena passa de dois a cinco para sete a 15 anos de reclusão. Já atentar contra a segurança ou funcionamento de serviços de água, luz ou telefone poderá render pena de prisão de quatro a dez anos.

Na justificativa do projeto, Eduardo Azeredo argumenta que o Código Penal previu “penas muito suaves, insuficientes como desestímulo” para tais crimes.

Aquisição de foto pornográfica de criança deverá ser crime, diz Borges

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de iniciativa do senador César Borges (PFL-BA) que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para tornar crime a aquisição de fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. A CCJ deliberará terminativamente sobre a matéria.

César Borges argumenta, na justificativa do projeto (PLS 19/07), que a atual redação do ECA, mesmo após as alterações promovidas pela Lei 10.764, de 12 de novembro de 2003, não tipifica penalmente a conduta do consumidor de material pornográfico envolvendo criança ou adolescente.



César Borges argumenta que conduta ainda não está penalmente tipificada

O projeto estipula pena de reclusão de dois a seis anos, além de multa, para quem adquirir ou receber (ainda que gratuitamente), ocultar ou manter em depósito, para proveito próprio ou alheio, fotografias, cenas ou imagens pornográficas envolvendo criança ou adolescente.



Isenção proposta representa um estímulo ao pecuarista, considera Alvaro Dias

custos da atividade.

O senador defende ainda a aplicabilidade aos equipamentos de produção leiteira do princípio da seletividade do IPI por ser o leite um alimento básico para a população brasileira, sem distinção de classes sociais.

Colegiado passa a funcionar com metade dos integrantes que tinha até o ano passado, com o objetivo de agilizar a apreciação de projetos

Comissão de Orçamento será instalada quinta-feira

A reunião de instalação e de eleição dos integrantes da Mesa da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para 2007 será realizada na quinta-feira, às 10h. A presidência neste ano será ocupada por um senador e, por acordo, já foi indicado o nome de José Maranhão (PMDB-PB). No encontro, devem ser confirmados ainda os três vice-presidentes para o período.

Indicados pelas lideranças partidárias, os 42 novos membros-titulares da comissão foram

designados na última quinta-feira, junto com seus suplentes. Com 11 senadores e 31 deputados, a CMO passa a funcionar com metade dos 84 membros que tinha até o ano passado.

Desse total, 40 integrantes ocupam as vagas fixas previstas nas novas regras de funcionamento da comissão aprovadas em novembro de 2006, com o objetivo de assegurar mais transparência e agilidade na apreciação dos projetos no colegiado. Também ficou estabelecida a obrigação de

rotatividade anual dos integrantes da comissão.

Outras duas vagas foram acrescentadas para permitir a participação na CMO dos partidos minoritários, como previsto na Resolução 2/00, do Congresso. As vagas são preenchidas em esquema de rodízio, tendo sido destinadas desta vez, no Senado, ao PSB, que será representado por Antônio Carlos Valadares (SE), e na Câmara, ao PSOL, que indicou o deputado Ivan Valente (SP).

As novas regras prevêm a

nomeação, ainda no início das atividades do ano, dos relatores das principais propostas analisadas pela comissão. O projeto da lei orçamentária (LOA) referente a 2008 será relatado por um deputado, pelo princípio da alternância. O indicado é José Pimentel (PT-CE). Devem ser nomeados também, ainda em março, os relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA). No caso da LDO, o PT indicou o deputado Paulo Rubem Santiago (PE).



Em 2007, a CMO será presidida por um senador: José Maranhão foi indicado

Quem são os novos integrantes da CMO

SENADOR	PARTIDO	DEPUTADO	BLOCO OU PARTIDO
JOSÉ MARANHÃO (PB)	PMDB	Edinho Bez (PMDB-SC)	PMDB/PT/PP/PR/PTB/ PSC/PTC/PTdoB
LEOMAR QUINTANILHA (TO)	PMDB	Eunício Oliveira (PMDB-CE)	
JAYME CAMPOS (MT)	PFL	Giacobo (PR-PR)	
EFRAIM MORAIS (PB)	PFL	José Pimentel (PT-CE)	
SÉRGIO GUERRA (PE)	PSDB	Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)	
CÍCERO LUCENA (PB)	PSDB	Nelson Meurer (PP-PR)	
AUGUSTO BOTELHO (RR)	PT	Paulo Pimenta (PT-RS)	
SÉRGIO ZAMBIASI (RS)	PTB	Paulo Rubem Santiago (PT-PE)	
CRISTOVAM BUARQUE (DF)	PDT	Pedro Fernandes (PTB-MA)	
JOÃO RIBEIRO (TO)	PR	Pedro Novais (PMDB-MA)	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (SE)	PSB	Regis de Oliveira (PSC-SP)	
		Rose de Freitas (PMDB-ES)	PSDB/PFL/PPS
		Vignatti (PT-SC)	
		Walter Pinheiro (PT-BA)	
		Wellington Roberto (PR-PB)	
		Zé Gerardo (PMDB-CE)	
		CLÁUDIO CAJADO (PFL-BA)	
		EDUARDO GOMES (PSDB-TO)	
		EDUARDO SCIARRA (PFL-PR)	
		GERVÁSIO SILVA (PFL-SC)	
		HUMBERTO SOUTO (PPS-MG)	
		MUSSA DEMES (PFL-PI)	
		RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)	PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN
		ROBERTO ROCHA (PSDB-MA)	
		VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)	
		DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)	
		GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)	PV
		GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)	
		MANOEL JÚNIOR (PSB-PB)	PSOL
		Fábio Ramalho (MG)	
		Ivan Valente (SP)	

Informação é da Secretaria Geral da Mesa, a partir do relatório da Presidência da Casa referente a 2006, que estará disponível, nos próximos dias, na internet

Senado registra aumento da produção legislativa

Dados da Secretaria Geral da Mesa do Senado indicam aumento da produção legislativa nos últimos quatro anos (52ª Legislatura, 2003/2006). Os números foram compilados a partir do relatório da Presidência da Casa, referente a 2006, que deverá estar disponível para consulta nos próximos dias, na internet.

Em relação à quantidade de projetos de lei apresentados no Senado (PLS), o aumento foi de 13% (1.699 na 52ª Legislatura contra 1.498 na anterior, entre 1999 e 2002).

Quanto à apresentação de propostas de emendas à Constituição (PECs), o acréscimo ficou em 30% (280 no período 2003/2006 contra 215 na 51ª Legislatura).

O aumento na quantidade de pareceres emitidos na análise

das proposições do Senado foi de 40% (7.564 na 52ª Legislatura e 5.420 no período de 1999/2002).

Com referência aos requerimentos, houve elevação de 90% (6.237 foram apresentados no período 2003/2006 contra 3.291 na 51ª Legislatura). De forma geral, os requerimentos englobam pedidos de informações, convocação e convite para participação em audiências públicas e votos de aplauso e pesar.

Já os projetos de resolução do Senado (PRS) registraram ampliação de 41% (253 na 52ª Legislatura contra 179 na 51ª). Essas proposições contemplam matérias que são tratadas de forma privativa pela Casa, como a aprovação prévia do nome de autoridades indicadas pelo go-

verno – diplomatas, magistrados, ministros do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, diretores das agências reguladoras e procurador-geral da República.

Competência exclusiva

Nos projetos de decreto legislativo (PDS), verificou-se acréscimo de 112% (72 na 52ª Legislatura contra 34 no período 1999/2002). De acordo com o artigo 49 da Constituição, os projetos de decreto legislativo abordam matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional (Câmara e Senado reunidos), como o julgamento anual das contas prestadas pelo presidente da República e a apreciação de relatórios sobre a execução dos planos governamentais, entre outras atribuições.

Projeto muda código para aumentar produção mineral

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) examina amanhã, a partir das 9h, parecer do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) favorável a projeto do então senador Marcos Guerra que altera o Código de Mineração, de modo a permitir que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) autorize o desmembramento de concessões de lavra ou licença de exploração.

Essa decisão, de acordo com a proposta, deverá ser tomada sem a necessidade de autorização do titular do direito mineral pré-existente – como determina hoje a legislação. Caso o projeto (PLS 245/06) seja transformado em lei, uma substância mineral como o granito poderá ser explorada em área onde já esteja sendo produzida, por exemplo, a argila.

O objetivo da flexibilização do processo de exploração mineral é



Iniciativa que altera a lei de mineração será votada na CMA, presidida por Quintanilha

permitir o aumento da produção brasileira no setor, esclarece o autor. A matéria será submetida, depois, a decisão terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Também está na pauta da CMA projeto (PLS 296/05) do então senador Valmir Amaral que obriga os fabricantes de óleo comestível a colocar no rótulo

das embalagens advertência sobre a destinação correta do produto após o uso.

A comissão vai analisar na mesma reunião cópia do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito de auditoria de natureza operacional realizada no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.



Renan (E) e Thomaz Bastos (D) participam da solenidade de posse de José Dias Toffoli

Novo advogado-geral da União quer mais parcerias entre os três Poderes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, compareceu ontem à posse do novo advogado-geral da União, ministro José Antonio Dias Toffoli. A solenidade também contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia; do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; da presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie; e de ministros presidentes dos tribunais superiores.

Em seu discurso de posse, Toffoli garantiu que continuará o trabalho do seu antecessor, ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, relativo a projeto piloto das câmaras de conciliação e arbitramento da Advocacia Geral

da União (AGU). O projeto, que teve início em 2004, objetiva resolver, por via administrativa, os conflitos de natureza jurídica entre os diversos órgãos e entidades da administração federal.

O novo advogado-geral da União ressaltou ainda que quer estreitar a parceria no campo das relações institucionais entre os três Poderes e também com as entidades da sociedade civil.

Toffoli informou que pretende elaborar um projeto para a nova Lei Orgânica da Advocacia Geral da União, além da reformulação da Lei de Execuções Fiscais, dotando os órgãos da AGU de instrumentos de cobrança mais eficientes.

Pesar pela morte do deputado alagoano Gerônimo da Adefal

A sessão não-deliberativa de ontem foi aberta e, em seguida, levantada em decorrência da morte do deputado federal Gerônimo da Adefal (PFL-AL), aos 50 anos, ocorrida no último domingo, de pneumonia, em Maceió.

Papaléo Paes (PSDB-AP), na presidência dos trabalhos, apresentou voto de pesar pelo falecimento do deputado, que presidia a Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas (Adefal).

Vereador por duas vezes, Gerônimo estava em seu primeiro mandato como deputado federal, eleito com 71.209 votos. Sua vaga será assumida por Augusto Farias (PTB-AL).

Senado busca estreitar relações com vereadores

O programa Interlegis promoverá amanhã, a partir das 9h30, encontro dos representantes das associações de vereadores com o 1º secretário da Mesa, senador Efraim Morais (PFL-PB), que também é diretor nacional do programa.

Representantes de mais de 20 entidades estarão presentes ao encontro, que tem por objetivo estabelecer diálogo mais estreito com o Senado, principalmente para debater matérias de interesse dos municípios, segundo informou o presidente da Associação dos Vereadores e Câmaras Municipais do Estado do Rio de Janeiro (Ave-merj), Luís Mário dos Santos.

Antonio Carlos deixa UTI, mas segue internado

O senador Antonio Carlos Magalhães, 79 anos, saiu da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas de São Paulo na manhã de ontem. Segundo o boletim médico divulgado no início da tarde, Antonio Carlos,

que foi transferido para um quarto do hospital, vem melhorando progressivamente.

“Sua função renal e quadro respiratório continuam estabilizados, assim como seus parâmetros cardíacos e hemodinâmicos. O tratamento deverá seguir sob

internação, com data de alta hospitalar ainda indefinida”, relata o boletim médico nº 4.

Caso não ocorram variações importantes no quadro clínico do senador, um novo relatório com informações médicas será divulgado hoje, a partir do meio-dia.

Antonio Carlos foi internado na última quarta-feira, após apresentar mal-estar e febre devido a uma forte gripe. No sábado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se submeteu a exames de rotina no Incor, visitou o senador pela Bahia.

Previdência dos servidores públicos é tema de destaque em seminário

Especialistas brasileiros e estrangeiros discutem, hoje e amanhã, a previdência social, em seminário que será realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados.

Promovido pelo Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado, o Seminário Internacional sobre Previdência Social terá entre os assuntos de destaque a situação da previdência dos servidores públicos e as reformas previdenciárias realizadas em outros países da América Latina.

O evento tem entrada franca e se iniciará às 17h30, com abertura solene. A mesa de honra será presidida por Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Em seguida, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo ministrará a palestra “Reforma da Previdência: segurança jurídica e responsabilidade social do Estado”.

Amanhã, serão debatidos, a partir das 9h, os seguintes temas: “Financiamento público estatal dos regimes de previdência social e planos de benefícios dos

regimes próprios”; “Das reformas estruturais aos novos paradigmas do complexo previdenciário”; “Previdência social: a experiência chilena”; “Proteção social: a busca de novos rumos”; e “A auto-sustentabilidade financeira do regime próprio de previdência social da União”.

Entre os participantes estão o responsável pela Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Andras Uthoff; o professor François Xavier Merrien, da Universidade de Lausanne (Suíça); o professor de economia Cláudio Dedecca, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Milko Matijascic, consultor de organizações multilaterais; Denise Gentil, professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); o senador Paulo Paim (PT-RS) e os deputados federais Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e João Dado (PDT-SP). Comandarão a mesa de encerramento do seminário o desembargador Aymoré Roque Pottes de Mello, presidente do fórum que promove o evento.

Presidente de fórum contesta déficit na Previdência Social

Na entrevista que concedeu ontem para divulgar o Seminário Internacional sobre Previdência Social, o desembargador Aymoré de Mello, presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas do Estado, contestou a existência de déficit na Previdência Social.

– O tão propalado déficit não passa de um mito. Isso é consenso entre as entidades que compõem o fórum – declarou Aymoré, contestando outras autoridades, como o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel, que afirmam que a instituição é deficitária.

Para defender seu ponto de vista, o desembargador utilizou a mesma argumentação apresentada por Paulo Paim (PT-RS) no Senado: a Constituição de 1988 criou um orçamento para a Seguridade Social (que abrange Saúde, Assistência Social e Previdência Social), estabelecendo suas fontes de financiamento. Se isso fosse respeitado, ressaltou, a Previdência seria superavitária, “mas o que ocorre é que parte desses recursos não é destinada à instituição”.

– Por força de mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União, acaba-se gerando números que não correspondem



Aymoré: se a Constituição fosse respeitada, a Previdência seria superavitária

à realidade – afirmou Aymoré, mencionando estudos segundo os quais a Previdência poderia ter obtido superávit de até R\$ 52 bilhões em 2005 “caso a Constituição fosse respeitada”.

Carlos André Nogueira, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical), destacou durante a entrevista que os casos de reforma previdenciária na Argentina e no Chile serão tratados no seminário.

– As reformas feitas nesses países há alguns anos, nos mesmos moldes que inspiram o que se quer fazer hoje no Brasil, fracassaram e estão sendo revistas – declarou ele.

Plano de Aceleração do Crescimento será detalhado para os senadores em audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura



Dilma Rousseff (Casa Civil), Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento) são esperados pelos senadores a partir das 10h



Comissões do Senado ouvem três ministros sobre o PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será debatido hoje, em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a partir das 10h. A reunião, que será realizada no Plenário do Senado, contará com a presença da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e dos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo.

O debate será realizado em atendimento a requerimento de Marconi Perillo (PSDB-GO),

presidente da CI, e de Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE. Na última quinta-feira, a CI ouviu empresários a respeito do assunto. Na ocasião, o PAC foi considerado insuficiente para assegurar que a economia brasileira cresça em velocidade maior e de forma sustentada.

O entendimento foi compartilhado tanto pelos representantes do setor privado convidados quanto pelos senadores presentes, que formaram coro para cobrar do governo compromisso com amplo conjunto de reformas estruturantes, entre as quais a tributária e a

trabalhista e uma nova revisão do sistema previdenciário.

Participaram da audiência de quinta-feira os presidentes da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando de Queiroz Monteiro Neto. Os debates destacaram, ainda, a importância de medidas para melhorar o ambiente dos negócios e dar mais segurança aos investidores, com menos burocracia, fixação de marcos regulatórios e até autonomia para o Banco Central.

Educação debate projeto que regulamenta estágios

A Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública hoje, às 10h30, para discutir o projeto de lei que trata dos estágios de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial. O debate foi sugerido pelo presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

A proposta (PLS 473/03), de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) e relatada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), estabelece que o estágio tem como finalidade propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem com vistas à preparação do educando para o trabalho e deve fazer parte do projeto pedagógico da instituição de ensino e do planejamento curricular do curso, podendo ser de caráter profissional, sociocultural ou científico.

O projeto estabelece que o es-



Colegiado analisa regras para estágios de estudantes de educação superior e de nível médio

tágio deverá ser feito somente nas unidades com condições de proporcionar experiência prática para a formação dos estagiários e deve ter como requisitos matrícula e frequência comprovada, termo de compromisso, acompanhamento do estágio por professor-orientador e duração máxima, na mesma entidade cedente, de dois anos. A jornada máxima do estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno, mas não poderá ser superior a seis horas

diárias e 30 semanais para alunos da educação superior e da profissional; e três horas diárias e 15 semanais para alunos do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos e de educação especial.

Entre os convidados para a audiência pública estão o presidente do Centro de Integração Empresa Escola (Ciee), Paulo Nathanael de Souza; o consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José Pastore; e um representante do Ministério da Educação.



Para Expedito Júnior, diploma não justifica tratamento diferenciado

Expedito Júnior sugere fim de prisão especial para quem tem curso superior

Projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) altera os códigos de Processo Penal e de Processo Penal Militar retirando dos diplomados no ensino superior o direito a prisões especiais antes da condenação definitiva. A proposta encontra-se em

tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu emendas e aguarda ser incluída na pauta de votações.

Na justificativa do projeto (PLS 50/07), o representante de Rondônia afirma que,

diferentemente das outras categorias que gozam do benefício da cadeia especial (governadores, parlamentares, oficiais das Forças Armadas, entre outros), o benefício não tem razão de ser para os diplomados em nível superior. Isso porque,

segundo Expedito Júnior, esse grupo não desempenha qualquer cargo ou função pública que justifique a distinção de tratamento. Para o senador, o fundamento do benefício é essencialmente elitista: separar o culto do inculdo, o rico do pobre.

Osmar Dias quer descentralizar crédito para moradia

Aguarda apresentação de emendas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR) que estabelece normas para o investimento público em habitação. A proposta tem por objetivo democratizar a distribuição de recursos ao obrigar o governo federal a financiar programas habitacionais em municípios que não sejam integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos. A matéria também está tramitando nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto (PLS 37/07) estabelece a vinculação de 60% dos recursos orçamentários próprios destinados aos programas habitacionais no Orçamento Geral da União. Além disso, os convênios do governo federal com os municípios deverão estimular a formação de consórcios municipais para coordenar a política urbana entre diversos municípios contíguos.

As prefeituras que receberem esses recursos deverão estar vinculados aos programas de desenvolvimento previstos no Plano Plurianual de Investimentos. A responsabilidade da implementação da lei caberia à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano.

Osmar lembra que a habitação passou a ser um dos direitos sociais previstos na Constituição, mas os atuais programas habitacionais priorizam os grandes aglomerados urbanos.



Osmar Dias adverte que programas deixam de lado os municípios menores

Órgão público pode ser obrigado a divulgar direitos fundamentais

Comissão examina também projeto que reserva às pessoas com deficiência pelo menos 5% das vagas nos programas de qualificação profissional que recebam recursos do FAT

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se nesta quinta-feira, a partir das 9h, para examinar, entre outros itens, projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) que estabelece a difusão, por órgãos públicos, dos direitos fundamentais e dos direitos humanos previstos na Constituição, na legislação nacional, nos tratados internacionais e nas convenções. A proposta tramita na comissão em decisão terminativa.

De acordo com o projeto (PLS 490/03), a divulgação dos direitos fundamentais e humanos deverá ser realizada pelos Poderes do Estado, em suas esferas de atuação. A administração pública federal, conforme a proposição, deverá incluir nos contracheques mensais dos servidores trechos dos instrumentos que consagram tais direitos, especialmente os que se referem às mulheres, às crianças e aos adolescentes.

A proposta ainda determina que emissoras públicas de rádio e de televisão incluam em suas



Projeto de Patrícia Saboya sobre divulgação de direitos tramita na CDH

programações material relativo aos direitos fundamentais e aos direitos humanos. A relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), apresentou parecer pela aprovação do texto.

Reserva de vagas

Na mesma reunião, a CDH poderá também acolher substitutivo apresentado pelo senador Flávio Arns (PT-PR) a projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que tem a finalidade de estabelecer que pelo menos 5% das vagas nos programas de qualificação profissional, total

ou parcialmente financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sejam reservadas às pessoas com deficiência. A proposta (PLS 295/04) já foi aprovada pela comissão na forma de substitutivo e, por isso, volta à votação em turno suplementar.

Outro projeto a ser votado pela comissão, em turno suplementar, é o PLS 209/04, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que prevê uma marcação nos teclados de terminais telefônicos fixos e móveis para poderem ser utilizados por pessoas com deficiência visual.

Pela proposta, um identificador tátil será inserido na tecla representativa do número cinco em todos os aparelhos, com a finalidade de facilitar que pessoas com deficiência visual se situem no teclado. As demais modificações, segundo o projeto, seguirão padrão uniforme de acordo com as normas técnicas pertinentes e com as recomendações da União Internacional de Telecomunicações.



Leomar Quintanilha aponta necessidade de valorizar conhecimento prático

Quintanilha propõe regra para selecionar agente de saúde

Depois da definição do regime jurídico e da regulamentação das atividades do agente comunitário de saúde e do agente de combate às endemias pela Lei 11.350/06, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) resolveu apresentar projeto de lei para estabelecer as regras da seleção pública para contratações do agente comunitário. A matéria tramita, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O resultado do processo seletivo regulado pelo projeto (PLS 48/07) será calculado da seguinte forma: provas de conhecimentos específicos, apenas com matérias relativas às atividades de agente comunitário de saúde, valem 70% da nota; prova de títulos referentes ao exercício do cargo terá peso de 20%; enquanto prova de títulos decorrentes da conclusão de curso introdutório ao cargo vale 10%.

Na justificativa da proposta, Quintanilha explica sua intenção não só de prestigiar os atuais agentes comunitários de saúde, mas de reconhecer e valorizar todo o conhecimento prático por eles acumulado.

Ainda no fim do ano passado, o Senado aprovou projeto de lei (PLS 270/06) do então senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estipula, entre outras medidas, a proibição da contratação temporária ou terceirizada para os dois cargos, salvo no caso de combate a epidemias. A proposta aguarda votação na Câmara.

TV Senado inaugura três novos canais abertos

A TV Senado inaugura amanhã a transmissão por canais abertos em mais três capitais: João Pessoa, Manaus e Recife. Em Brasília e Salvador, a população já pode assistir à programação da TV Senado sem necessidade de TV por assinatura ou de antenas especiais. O lançamento dos canais será feito em solenidade no Salão Nobre do Senado, marcada para o meio-dia. Participarão o presidente da Casa, Renan Calheiros, e o 1º secretário, senador Efraim Morais (PFL-PB).

As retransmissoras já estão operando em caráter experimental nos canais 57 UHF em Manaus, 55 UHF no Recife e 40 UHF em João Pessoa. Esses

canais alcançam um público estimado de 6,5 milhões de pessoas nas três capitais.

Criada em fevereiro de 1996, a TV Senado era inicialmente transmitida apenas por canais a cabo, mas desde 12 de dezembro de 2000 opera com transmissão em UHF em Brasília, podendo ser vista por toda a população do Distrito Federal. Em 20 de novembro de 2006, a TV começou a operar em Salvador também em canal aberto.

Os próximos passos da expansão do sinal da TV Senado são canais nas seguintes capitais, com retransmissores já autorizados pelo Ministério das Comunicações: Rio de Janeiro

(canais 49 e 64/UHF), Fortaleza (canal 43/UHF), Maceió (canal 35/UHF), Natal (canal 52/UHF); Goiânia (canal 21/UHF), Belém (canal 44/UHF), Cuiabá (canal 55/UHF) e Boa Vista (canal 13/VHF). Em breve, entrará em operação o canal 23/UHF, na cidade-satélite do Gama, no Distrito Federal, ampliando a cobertura do sinal da emissora nas redondezas da capital do país.

Com público potencial estimado em 50 milhões de telespectadores, a TV Senado pode ainda ser sintonizada pelo Canal 51/UHF (Brasília), Canal 53/UHF (Salvador), canal 07 (Net Brasília), 96 da Sky e 17 da Tecsat.